



Encontro Internacional sobre Gestão  
Empresarial e Meio Ambiente

## **As influências dos compromissos ideológicos e das teorias de base para as Concepções Ambientais da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé**

**JOSÉ KENNEDY LOPES SILVA**

Universidade Federal de Rondônia

kennedysilv@gmail.com

**OSMAR SIENA**

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

osmar\_siena@uol.com.br

## **As influências dos compromissos ideológicos e das teorias de base para as Concepções Ambientais da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé**

### **RESUMO**

As organizações ambientalistas buscam impulsionar a implantação de políticas públicas para defesa do meio ambiente no contexto de comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas, dentre outras. Essas organizações são influenciadas por concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base que as sustentam. Este trabalho tem por objetivo compreender as influências dos compromissos ideológicos discutidos por Eduardo J. Viola e das teorias de base socioeconômica, “saber ambiental” e “racionalidade ambiental”, discutidas por Enrique Leff, para as concepções ambientais que orientam a gestão e atuação da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ). Situada na Amazônia brasileira, os objetivos da KANINDÉ são combater a instalação de usinas hidrelétricas que degradam o meio ambiente, participar de conselhos e atender às populações de indígenas e de ribeirinhos com projetos voltados para a sustentabilidade. Foram utilizadas três estratégias de coletas de dados: entrevistas, análise de documentos e observação-participante. Como resultados foram identificados os compromissos ideológicos ecossocialista e ecorrealista e as teorias de base socioeconômica e “saber ambiental” como sendo os que influenciam as concepções ambientais e os modos de atuação e gestão dessa organização. Os compromissos ecofundamentalista e ecocapitalista e a teoria “racionalidade ambiental” não foram identificados como influenciadores na sua atuação da organização.

**Palavras-chave:** Organizações ambientalistas. Concepções ambientais. Compromissos ideológicos. Teorias de base.

## **The influences of the ideological commitments and of the basic theories to the Environmental Conceptions of the Association Kanindé for Ethno-environmental Defense**

### **ABSTRACT**

The environmental organizations aim at boosting the implementation of public policies for the defense of the environment among rural, indigenous, riparian and other communities. These organizations are influenced by environmental conceptions, ideological commitments and basic theories that support them. The objective of this study is to understand the influences of the ideological commitments discussed by Eduardo J. Viola and of the socioeconomical, “environmental knowledge” and “environmental rationality” basic theories, discussed by Enrique Leff, on the environmental conceptions that conduct the management and operation of the Association Kanindé (KANINDÉ) for Ethno-environmental Defense. Located in the Brazilian part of the Amazon rainforest, KANINDÉ’s goals are to combat the installation of hydroelectric stations that degrade the environment, to take part in local councils and to provide the indigenous and riverine populations with projects aimed at sustainability. Three strategies for data collection were used: interviews, documental analysis and participant observation. The results identified the ecosocialist and ecorealist ideological commitments and the socioeconomical and “environmental knowledge” basic theories as influences on the environmental concepts and on the ways of operation and management of this organization. The ecofundamentalist and ecocapitalist commitments and the theory of the “environmental rationality” were not identified as influences on the performance of the organization.

**Keywords:** Environmental organizations. Environmental conceptions. Ideological commitments. Basic theories.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de 1960, com o debate promovido pela obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962), o aparecimento do Clube de Roma (1968) e a realização da Conferência de Estocolmo (1972), surgiram novos movimentos sociais, e outros se intensificaram. O marxismo passava por um período de crise, o que fez fortalecer novos movimentos identitários, como os movimentos negro, feminista, *hippie* e ambientalista (SANTOS, 2011; MCCORMICK, 1992). Esses diversos grupos ambientalistas contribuíram para sensibilização das pessoas e de organizações privadas, o que, conseqüentemente, cooperou para o surgimento das Organizações Ambientalistas (OAs) empenhadas na luta pela proteção ambiental (BORSATO, 2012).

As OAs têm como função acompanhar, fiscalizar e orientar as ações governamentais e das empresas privadas em relação ao trato com o meio ambiente. Nesse sentido, são caracterizadas como grupo de interesse em um ou mais aspectos: econômico, social, político, ambiental, entre outros, para as melhorias do desempenho ecológico e das políticas de sustentabilidade (CÂMARA, 2013; VIOLA; VIEIRA, 1992). As OAs, em parcerias com movimentos sociais, empresas, fundações públicas e privadas e o poder público, atuam com a intenção de sensibilizar a população para o apoio às causas da natureza e são essenciais para a prática e desencadeamento das políticas de desenvolvimento sustentável, sobretudo porque militam e participam ativamente na construção de estratégias, estudos e práticas ambientais, cujo ensejo é o de diminuir a degradação ambiental do planeta.

Na formação das OAs, há diversas formas e visões referentes ao meio ambiente que diferem em seus objetivos e atuação. Essas visões, neste estudo, serão consideradas como concepções ambientais que, em síntese, constituem a postura sociológica sobre as diversas propostas, práticas e questões ambientais. Para Carmin e Balser (2002), as concepções ambientais são importantes para a construção das OAs por representarem os valores e crenças relacionadas ao ambiente natural e às interações entre seres humanos e natureza. Nesse sentido, as OAs precisam ter objetivos semelhantes tanto em suas crenças e valores de gestão quanto na política ambiental com os seus atores sociais. As associações adotam uma concepção ambiental para diagnosticar problemas e buscar soluções para atingir os seus objetivos organizacionais. Por outro lado, é possível que essas visões ou concepções ambientais que orientam a gestão e atuação das OAs sejam fortemente influenciadas pelas diferentes concepções e vertentes do movimento ambientalista.

Para Martinez-Alier (2007), são três as principais concepções do movimento ambientalista: “culto ao silvestre”; ecoeficiência; justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres. Diegues (1998) divide as concepções ambientais em preservacionista, conservacionista, sustentabilista e socioambientalista. Leff (2002; 2006), por sua vez, apresenta sua visão por meio do “saber ambiental” e da “racionalidade ambiental”, fundamentados em três teorias de base: marxista, foucaultiana e weberiana. A partir de Viola (1987; 1992), podem-se associar as concepções a quatro compromissos ideológicos do movimento ecologista: ecofundamentalista, ecorrealista, ecossocialista e ecocapitalista.

“Compromisso ideológico” é entendido por Viola (1987) como uma posição defendida no movimento ambientalista, na teoria ecologista e perante a sociedade. Identificar e compreender essas concepções e como se manifestam parece ser importante para entender a gestão, modos de atuação e práticas desses tipos de organizações.

No estado de Rondônia, uma OA com atuação destacada é a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ) que atua em defesa do meio ambiente, juntamente com seus associados e corpo técnico que realizam pesquisas científicas, relatórios, levantamentos e trabalhos técnicos, cujo objetivo é assessorar os povos indígenas em suas áreas e os povos ribeirinhos com planos de manejos em reservas extrativistas e unidades de conservação no

estado de Rondônia, na região noroeste de Mato Grosso e no sul do Amazonas. Por essa sua atuação, a KANINDÉ é caracterizada como uma OA.

Na KANINDÉ, as concepções ambientais conservacionista, socioambientalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental foram identificadas com maior destaque e, em segundo plano, verificou-se a presença das concepções preservacionista e “culto ao silvestre”, sendo estas últimas devido às características do seu principal público-alvo, os povos indígenas (SILVA; SIENA, 2015). A partir dessa identificação, a pesquisa, que deu origem a este artigo, objetivou compreender as influências dos compromissos ideológicos e das teorias de base para as concepções ambientais que orientam a gestão e atuação dessa organização. Por “gestão” entende-se o processo administrativo interno da organização e por “atuação”, a forma de condicionamento dos processos da organização em relação aos seus atores sociais.

## **2 ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS**

As OAs são geralmente organizações não governamentais (ONGs) que abrangem desde associações formadas por grupos específicos de defesa ambiental para determinadas áreas, como o Pantanal, a Amazônia e áreas destinadas à criação de parques indígenas, passando por associações profissionais de diversos segmentos, até sociedades científicas e centros de estudos e pesquisas (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

Essas associações são essenciais para a atuação na luta contra problemas ambientais em escala nacional e internacional. Por isso, procuram pressionar os governos e também assumem o papel do poder público quando é necessário. Alavancam, ainda, as pesquisas nas comunidades com caráter ambiental, novos projetos e experiências, apoiam iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitam relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões (PIGNATTI, 2005).

Ferreira (1999 *apud* PRINCEN; FINGER, 1996, p. 16) conceitua as grandes OAs como “[...] grupos não-lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”. Pignatti (2005) as define como entidades privadas com fins públicos, sem fins lucrativos, e que aceitam voluntários que atuem em comunidades com problemas ambientais, procurando realizar as articulações políticas para a interação entre o poder público e a comunidade local. Esse conceito pode ser aplicado a todas as OAs, independentemente de sua nacionalidade e tamanho.

As grandes ONGs internacionais norteiam as atividades voltadas para o meio ambiente, para problemas sociais e para governança global devido à sua vinculação com bancos, fundações e corporações multinacionais. Essa influência é identificada por causa da grande capacidade de absorção de recursos por partes dessas organizações, inclusive em países como o Brasil (DIEGUES, 2008). As OAs se arranjam em torno de bandeiras ideológicas diferentes que podem ser supracionais e globais. Não há uma agenda única nessas organizações - seus propósitos são de orientações políticas diversas e de diversas visões (DIAS, 2009).

No Brasil, as OAs, pautam as suas ações no sociambientalismo. As OAs internacionais, como a World Wildlife Fund (WWF) e outras, são conservacionistas. Existem ainda grandes OAs, que influenciam os governos, e as OAs locais, com orientações ambientalistas, forma de gestão, recursos financeiros, entre outras características, de diversos tipos e com os mais variados objetivos estratégicos (VIOLA, 1987; FONSECA; PINTO, 2002; JACOBI, 2003; DIEGUES, 2008).

Um dos aspectos centrais dessa atuação está na governança ambiental, entendida como os processos de gestão, voltados ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, que permitem a conciliação de interesses econômicos, sociais e ecológicos, sem considerar as relações de poder que envolvem a dinâmica social (ZHOURI, 2008). Essa forma de

governança ganhou espaço principalmente após a ECO-92 e a Joanesburgo-02, pela necessidade de diálogo entre os países, a sociedade e as OAs em prol do meio ambiente (LAGO, 2009). Um dos problemas das práticas de governança em escala global refere-se à ausência de soberania entre os Estados devido aos problemas ambientais que envolvem muitos países. Por isso, é necessário que as OAs se utilizem das práticas de Governança Ambiental para resolver essas questões.

As OAs concentraram suas atividades em acompanhar as transformações resultantes da participação do Estado e do setor privado principalmente em grandes obras, como as usinas hidrelétricas, as estradas e as ferrovias construídas no Brasil nos últimos anos. Esse envolvimento faz com que tanto o poder público, quanto o privado, juntamente com as OAs, coloquem a Governança Ambiental em prática (CÂMARA, 2013). Esta é atingida sempre que há crise do Estado, haja vista ser essa a prática principal para suprir as necessidades de políticas públicas voltadas à solução dos problemas ambientais. Um objetivo bastante comum das OAs é o de se interpor entre o Estado e a iniciativa privada no sentido de auxiliar esses atores em suas atividades voltadas para o meio ambiente.

No Brasil, o foco de atuação das OAs divide-se nas seguintes funções: a) as direcionadas para área científica, que buscam aplicar novas formas de desenvolvimento que não degradem os recursos naturais; b) as assistencialistas ou extensionistas, cujo objetivo principal é melhorar a qualidade de vida das populações locais; c) as de campo político, com a assunção de diversas posições religiosas, éticas e ideias direcionadas ao desenvolvimento de políticas e de legislação ambiental; e d) as de setor privado, ramo que ainda se consolida e apresenta um potencial de crescimento, e através do qual as OAs têm se aproximado do setor econômico para buscar novas oportunidades de financiamento e de parceria para diminuição da degradação ambiental.

Para Tavolaro (2000), é necessário pesquisar a capacidade de interação entre OAs e as crescentes mudanças da sociedade contemporânea, podendo essa interação ser vista como um catalisador da modernidade. O autor propõe ainda uma investigação da possível relação de proximidade entre a modernidade, que é a capacidade de controle, domínio e autonomia sobre os recursos naturais, e as OAs, que são influenciadas por concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base de diversas maneiras, uma vez que essas vertentes possuem posturas e filosofias de atuação e, assim, orientam as atividades das organizações.

### **3 CONCEPÇÕES AMBIENTAIS, COMPROMISSOS IDEOLÓGICOS E TEORIAS DE BASE**

As concepções ambientais, os compromissos ideológicos e as teorias de base se consolidam por meio das atividades e das discussões do movimento social e ambientalista no século XX. O movimento ambientalista surge ancorado nas visões preservacionistas, uma vez que é guiado pela concepção de “culto ao silvestre”, ainda no final do século XIX.

Essas concepções referidas acima são, por um lado, influenciadas por compromissos ideológicos e, por outro, sustentadas por teorias que apoiam o seu propósito científico. Os compromissos ideológicos baseiam-se nos ideais filosóficos e ideológicos das concepções ambientais nas OAs. As teorias de base são permeadas por formas de abordagens nas quais as concepções ambientais são enquadradas e as quais delineiam essas características e a construção do conhecimento das vertentes ambientais.

As concepções ambientais preservacionista e “culto ao silvestre” e o compromisso ideológico ecofundamentalista ascenderam nos anos de 1950 e 1960. A partir dos anos de 1970 e 1980, são identificadas concepções mais moderadas em relação aos usos da tecnologia e da interação entre sociedade e o meio ambiente. Eclodem, então, o conservacionismo e a ecoeficiência, juntamente com o compromisso ecorrealista e, por fim, a partir da ECO-92, surgem novas concepções, como a sustentabilista, a socioambientalista e o ecologismo dos

pobres e/ou justiça social, amparadas pelos compromissos ecossocialista e ecocapitalista. Todas essas vertentes ambientais e todos esses compromissos ideológicos são sustentados em sua construção pelos instrumentos de “racionalidade e saber ambiental” das teorias de base marxista, foucaultiana e weberiana (VIOLA, 1987; 1992; DIEGUES, 1998; LEFF; 2002; 2006; MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Na composição das OAs, há visões e objetivos referentes ao meio ambiente que as diferem umas das outras. Essas visões, nesta pesquisa, serão consideradas como concepções ambientais que, em síntese, referem-se ao pensamento sobre as diversas posturas e questões ambientais. Por “Concepção Ambiental” entende-se a orientação, visão ou pensamento dos atores sociais, dos órgãos públicos, das OAs, entre outros segmentos, sobre as diversas posturas existentes nas práticas e discussões ambientais (MENEZES, 2008) e que surgem a partir dos enfoques da relação humano/natureza.

O preservacionismo é a concepção ambiental que busca tratar da “vida selvagem”. As pessoas e instituições seguidoras dessa concepção são totalmente contrárias ao uso de recursos naturais, não aprovam a geração de produtos mesmo por meio de manejos regularizados e acreditam que toda a população natural é frágil e que pode ser extinta por qualquer manuseio da natureza pelo ser humano (PIMBERT; PRETTY, 2000). Os preservacionistas são mais clássicos e mais radicais do que os conservacionistas e socioambientalistas e buscam a preservação da natureza sem a ação do ser humano. Eles são, então, ecocêntricos (a natureza como centro do universo).

A concepção “culto ao silvestre” contém características semelhantes ao preservacionismo, porém não é tão radical. Tem como premissa cuidar das reservas de fauna e flora, mas não ataca o crescimento econômico, apontando apenas uma ação de retaguarda em relação ao consumo dos bens naturais. Essa vertente adota um posicionamento resignado em relação ao crescimento econômico, resultado de certo conformismo em relação ao sistema econômico vigente na sociedade. Ela também defende a natureza e o culto sagrado aos animais e é harmônica com diversas religiões, principalmente as menos antropocêntricas (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). As concepções preservacionista e “culto ao silvestre” partem da mesma matriz, aquela que defende a natureza como algo a ser mantido intocado.

A concepção conservacionista busca guardar os recursos naturais para as gerações futuras, ou seja, ela defende a procura da relação harmônica entre ser humano e natureza para o desenvolvimento sustentável e, destarte, busca melhorar a qualidade de vida das pessoas. Jatobá, Cidade e Vargas (2009) avaliam que tanto o preservacionismo quanto o conservacionismo têm propostas parecidas, porém se diferenciam pelo enfoque dado à criação de reservas naturais pelo primeiro, enquanto o segundo se preocupa com o homem e sua relação com o meio ambiente. Iniciado em decorrência de algumas críticas ao movimento preservacionista por sua radicalidade, o conservacionismo recebe críticas dos ecologistas sociais como Ramachandra Guha e Mahdhav Gadgil, por acreditarem que os conservacionistas apoiam a criação dos parques nacionais, se esquecendo das lutas e dos direitos dos povos tradicionais (SARKAR, 2000).

A visão sustentabilista preocupa-se com o crescimento econômico e seus impactos negativos sobre a natureza e a qualidade de vida das pessoas. Os sustentabilistas procuram organizar projetos que gerem resultados financeiros com a menor influência possível no uso dos recursos naturais, visando ao bem-estar da sociedade (MENEZES; SIENA, 2008). A ecoeficiência é a linha ambiental que se atém aos impactos ambientais decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna. Para Martinez-Alier (2007), essa linha defende o crescimento econômico, porém não a qualquer custo, como a sustentabilista. As características da ecoeficiência a enquadram como sustentabilista; por essa razão, neste trabalho, essa corrente será tratada como parte da concepção sustentabilista.

A concepção sociambientalista é a vertente que surgiu da interação entre movimentos

sociais. Foi construída com base em políticas públicas que concentram uma maior aproximação com os movimentos sociais e as comunidades locais para repartição equitativa dos benefícios extraídos da natureza. Essa concepção é formada pela união de diversas organizações de movimentos populares que buscam a propriedade do território das populações tradicionais para a sua melhoria econômica e cuidado com a natureza (SANTILLI, 2005; DIEGUES, 2000; VIOLA, 1992).

O socioambientalismo emerge como uma alternativa que permite conciliar a preservação ambiental e a presença humana em áreas de proteção ambiental e busca conciliar os ambientalistas e os movimentos sociais. A interação entre eles resulta no fortalecimento das questões ambientais, maior participação da população para o debate ambiental e social, principalmente nas regiões periféricas e mais degradadas do país como as Norte, Nordeste e Amazônia Legal.

A justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres pauta-se pela preocupação social com as minorias, como indígenas, extrativistas, camponeses, e pela preocupação com a biodiversidade e o racismo ambiental. Foi um movimento social que surgiu nos EUA devido à poluição urbana causadas pelas indústrias. Já no Brasil, apesar da influência norte-americana, a justiça ambiental surgiu de forma diferente, por meio dos avanços de políticas públicas ambientais. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; LEROY, 2013).

Como apoio para o desenvolvimento das concepções ambientais, serão apresentados, em seguida, os compromissos ideológicos discutidos por Viola (1987; 1987a; 1992): ecofundamentalista, ecossocialista, ecorrealista e ecocapitalista.

Os ecofundamentalistas são mais radicais e anárquicos do que os adeptos das demais vertentes citadas. Eles acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade ecologista, a ser estabelecida nas regiões mais periféricas dos países. Acreditam, assim, na construção de uma sociedade alternativa e desconsideram quaisquer possibilidades de transformação da sociedade atual. São pessimistas e pautam suas atividades no radicalismo ecológico, defendendo que a sociedade destruirá o planeta (VIOLA, 1987a). As características desse compromisso ideológico norteiam as ações das OAs, influenciadas pelas concepções preservacionista e “culto ao silvestre”.

Os ecologistas realistas acreditam na interação entre a sociedade e o meio ambiente e suas concepções se pautam nas ideologias do socialismo utópico. Apostam nas mudanças da sociedade por meio da discussão ambiental e creem no cooperativismo, um sistema produtivo gerido pela autogestão (VIOLA, 1987a). Este compromisso ampara ideologicamente os sustentabilistas.

Os ecossocialistas são radicais no tocante à discussão dos sistemas econômicos. Eles se mostram favoráveis à ruptura com a sociedade capitalista, o que lograria uma nova estrutura tecnológica dos meios de produção, e assumem posicionamentos marxistas, orientados pela crítica ecológica, cujas teorias, ainda que heterodoxas, são fundamentais para a construção do pensamento base dessa vertente (VIOLA, 1987). O ecossocialismo, além de assumir uma posição radical em relação ao sistema capitalista, projeta-se em uma perspectiva socialista para a construção de uma nova sociedade e de novos modelos de produção (LOWY, 2014). Os ecossocialistas se caracterizam por serem mais atuantes para a construção do movimento ambiental do que os ecologistas realistas. Eles concentram suas forças nos setores operários e populares, como as comunidades rurais tradicionais.

O compromisso ecocapitalista, por sua vez, defende o mercado como alocador de recursos e coloca o bem-estar social acima do ecológico. Os adeptos dessa posição têm uma visão otimista em relação às demais posições ecológicas para o futuro (VIOLA, 1992).

No movimento social ecologista mundial, o ecologista capitalista é o que mais se destaca, principalmente nos setores sensíveis às ideias ocidentais, sendo acompanhado, em segundo plano, pelos ecologistas realistas. Os ecologistas socialistas destacam-se nos setores

sensíveis às ideias socialistas-comunistas e recebem influência das fortes correntes verdes dos partidos da Europa Oriental (VIOLA, 1987a).

Há teorias de base que suportam as concepções ambientais, que, de acordo com Leff (2002; 2004; 2006), são baseadas nos discursos de Weber, Foucault e Marx.

A racionalidade ambiental discutida em Weber é articulada por meio da interação entre quatro níveis: a) racionalidade substantiva, sistema que orienta os processos sociais para construção da racionalidade ambiental, fundamentada em bases de um desenvolvimento sustentável; b) racionalidade teórica, que permite a discussão e o controle por meio da constituição de conceitos e valores da racionalidade substantiva para apoiar a racionalidade produtiva, baseada em uma política ambiental de desenvolvimento; c) racionalidade instrumental, que produz vínculos funcionais com bases orgânicas do desenvolvimento sustentável por meio de um sistema para a integração da racionalidade ambiental, que inclui as estratégias do movimento ambientalista; e d) racionalidade cultural, sistema que produz a identidade de diversas formações culturais que estabelecem práticas sociais e produtivas para a racionalidade ambiental (LEFF, 2002; 2006). Esses conceitos de racionalidade, em Weber, não possuem sentidos únicos e se distribuem em cada uma de suas esferas.

As perspectivas foucaultianas sobre o “saber ambiental” baseiam-se na formação ideológica do ambientalismo, ao incorporar os princípios de diversidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica entre as práticas de desenvolvimento sustentável. Este “saber ambiental” deve ser crítico e propositivo, para mobilizar mudanças institucionais no modo operacional da sociedade em relação ao meio ambiente, e deve apropriar-se do uso da inovação de tecnologias limpas e dos recursos de autogestão (LEFF, 2002). Por meio dessa concepção, compreende-se a busca pelo respeito e pela manutenção das tradições dos povos inseridos na natureza. As discussões no campo do “saber ambiental” admitem correlacionar as transformações econômicas advindas das modernidades tecnológicas às práticas do ambientalismo.

A teoria socioeconômica de Marx, por sua vez, possibilita a discussão da formação de conhecimento acadêmico, econômico e social e dos modos de produção, tendo como premissa os estudos dos processos estruturais da sociedade. Essa base teórica propicia uma formação socioeconômica e ambiental por meio da articulação de processos tecnológicos, culturais e ecológicos ao mercado econômico e aos órgãos públicos (LEFF, 2004). Percebe-se, nessa teoria, a dificuldade em estabelecer conexões entre o modo de produção e a formação acadêmica, econômica e social para a incorporação dos processos ecológicos e produtivos. Para tanto, é necessário identificar as características do modo de produção de modo a desenvolver manejo sustentáveis dos recursos naturais (LEFF, 2002).

A partir dessas discussões sobre as vertentes ambientais, compromissos ideológicos e teorias e suas relações, pode-se dizer que, em síntese, as OAs com características preservacionistas, “culto ao silvestre” e ecofundamentalistas são contrárias ao uso da natureza pelo ser humano e possuem enfoque biocêntrico. OAs que fazem uso da tecnologia e se preocupam com a questão socioeconômica e com a discussão da construção dos conceitos ambientais com os seus atores sociais são ecossocialistas, socioambientalistas e sustentabilistas. As visões socioeconômica, “racionalidade ambiental” e o conceito de “saber ambiental” buscam orientar os seus meios de produção com uma metodologia que sustente a aplicação de estratégias que promovam o manejo sustentável de recursos naturais das OAs.

#### **4 METODOLOGIA**

O método utilizado neste trabalho foi qualitativo, que, de acordo com Creswell (2010) e Flick (2009), é baseado na subjetividade: os indivíduos participantes buscam compreender um problema social ou humano, cujos dados são coletados nos objetos pesquisados.



As atividades de coleta de dados na organização ocorreram durante os meses de junho e julho de 2014, na KANINDÉ, em Porto Velho-RO, em sua sede administrativa, em seu Centro de Formação e no município de Costa Marques-RO, durante a execução das atividades do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário. Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes estratégias de pesquisa:

I Entrevistas: a amostragem foi sistemática, pois foram selecionados para participar da pesquisa dois dos coordenadores responsáveis pela gestão da KANINDÉ. A entrevista foi baseada nos seguintes questionamentos: 1) Quais os compromissos ideológicos e as teorias de base inseridos na organização?; 2) Quais são as características e processos na gestão que permitem a identificação e aplicação das práticas inerentes às concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base adotadas?; 3) Quais os compromissos ideológicos e as teorias de base com os quais você melhor se identifica?; 4) Quais são os compromissos ideológicos e as teorias de base cujas características você melhor identifica na KANINDÉ?.

II Documentos: foram disponibilizados pelos gestores diversos documentos da organização. Esses documentos foram analisados e deles foram coletados recortes de escritos relativos às características e aos indicadores das associações. Posteriormente, esses dados foram catalogados para identificar as diferenças e semelhanças relação à atuação e à identificação das concepções ambientalistas, dos compromissos ideológicos e das teorias de base.

III Observação-participante: foram acompanhadas as atividades de rotina da gestão da organização e dos projetos em atividade. Os dados coletados durante as atividades de observação foram informações que serviram para complementar os dados obtidos nas entrevistas e na análise de documentos.

Para a realização da pesquisa, foi proposta a tipologia de compromissos ideológicos e teorias de base. Para sintetizar essa categorização, apresenta-se, no quadro 1, o elenco que serviu de base para a pesquisa. A instrução para a identificação dos compromissos ideológicos e das teorias de base da KANINDÉ partiu da identificação dos seguintes aspectos da organização: projetos, público-alvo e perfil de atividades; atuação com os seus atores sociais; interação com o meio ambiente; aceitação ou não do uso de tecnologias; práticas de inovação limpa; relação com o sistema econômico; assunção ou não de características antropocêntricas ou biocêntricas, entre outras.

**Quadro 1 - Identificação dos compromissos ideológicos e teorias de base.**

<b>Compromissos Ideológicos</b>	<b>Características</b>	<b>Indicadores</b>
Ecofundamentalista	Diálogo com a sociedade, órgãos públicos e empresários. Pensamento radical sobre o ambientalismo. Visão romântica do Ambientalismo.	Participa de reuniões com órgãos públicos, empresários e sociedade.
Ecorrealista	Relação com a sociedade. Autogestão. Noções de Cooperativismo.	Interage com a sociedade por meio de projetos; acredita no Ambientalismo puro.
Ecosocialista	Posição sobre o sistema econômico. Apoia o cooperativismo e associativismo. Verificação do uso da autogestão. Relação com as agências estatais.	Visão contrária ao sistema capitalista; práticas de Gestão Participativa; participação de vários projetos com as comunidades.
Ecocapitalista	Posição sobre o sistema econômico. Otimismo ecológico. Relação com as agências estatais.	Meio ambiente não corre risco de ser degradado; sistema econômico não prejudica o meio ambiente; interação com as agências estatais.
<b>Teorias de Base das Concepções Ambientais</b>	<b>Características</b>	<b>Indicadores</b>

Concepção Weberiana (Racionalidade Ambiental)	Valorização da diversidade biológica. Heterogeneidade cultural e pluralidade política. Conservação dos recursos naturais. Descentralização da riqueza e do poder entre os atores.	Apresenta diversos recursos biológicos e culturais; prima pelo uso moderado dos recursos naturais; distribuição de renda e poder entre os participantes.
Concepção Marxista (Socioeconômica)	Relação com os financiadores. Relação com o público-alvo. Mercado de destino dos produtos ou serviços. Intensidade do uso dos bens naturais.	Financiadores participam da gestão da organização; os atores do público-alvo participam das atividades; identificação do uso dos produtos naturais dentro da organização.
Concepção Foucaultiana (Conceito de Saber)	Respeito à cultura e às religiões místicas. Análise do discurso ambiental em relação aos princípios de diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social. Inovação por meio de tecnologias limpas. Autogestão comunitária dos recursos.	Valorização da cultura e religião dos povos. Compreensão das concepções ambientais. Uso de tecnologias que diminuem a agressão ao ambiente e gestão participativa dos recursos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para as análises de documentos, os pesquisadores utilizaram um diário de anotações, onde foram registradas suas observações. O uso desse diário foi importante, pois nele foram feitos os registros em memória dos documentos analisados. As entrevistas foram gravadas e foram feitas anotações sobre situações ocorridas. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e enviadas aos respondentes para serem validadas. Os momentos de observação das reuniões, assembleias e eventos promovidos pelas organizações pesquisadas também foram registrados em fotografias. Realizou-se, ao final, a triangulação dos dados coletados nas entrevistas, nas observações e nas análises de documentos, em consonância com o sugerido por Creswell (2010) e Flick (2009).

A seguir a esse processo metodológico, foi possível visualizar as categorias e identificar os compromissos ideológicos e as teorias de base na KANINDÉ e do alinhamento das características identificadas com suas respectivas vertentes ambientalistas.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A KANINDÉ, organização ambientalista fundada em 1992, realizou seus primeiros trabalhos com os indígenas Uru-eu-wau-wau, auxiliando-os na defesa e fiscalização de suas terras. Posteriormente, a associação estendeu seus trabalhos às comunidades rurais e ribeirinhas. A KANINDÉ busca auxiliar essas comunidades com laudo técnico ambiental, diagnóstico etnoambiental participativo, avaliação ecológica, plano de gestão de terras, educação ambiental e acompanhamento de políticas públicas. Além disso, ela tem participação em diversos conselhos: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Biodiversidade (CONABIO), Conselho Nacional de Meio Ambiente de Porto Velho (CONDEMA), entre outros. A organização luta ainda contra as usinas hidrelétricas na Amazônia, por ocasionarem diversos impactos sociais e ambientais aos seus públicos-alvo.

A KANINDÉ prioriza em suas ações a efetividade dos direitos ambientais, da construção e prática de políticas públicas já institucionalizadas e do uso apropriado das tecnologias sustentáveis. Na pesquisa realizada por Silva e Siena (2015), foram identificadas, na organização, as concepções preservacionista, “culto ao silvestre”, conservacionista, socioambientalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental, presentes gestão e atuação da instituição, as quais se destacam possivelmente, devido às características do público-alvo e dos parceiros da organização, principalmente quando se trata da concepção conservacionista. Sobre as concepções socioambientalista e justiça ambiental, a presença delas se justifica pela preocupação da organização com a melhoria de renda e com a efetividade dos direitos das

populações indígena e tradicionais. Já o preservacionismo e “culto ao silvestre” estão presentes devido ao fato de que os indígenas e ribeirinhos necessitam de áreas preservadas e reservas extrativistas para a permanência dessas populações em seus territórios, conseguindo, assim, dar continuidade aos seus ritos e a suas culturas.

A teoria de base “saber ambiental” foi identificada no documento “Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012” (2012, p. 53), onde se lê: “A abordagem de trabalhar com práticas de empoderamento de grupos de base pode servir para frear as ameaças à floresta, ao mesmo tempo que constrói um consenso em torno do desenvolvimento sustentável dentro do marco dos corredores etnoambientais.”. O “saber ambiental” foi evidenciado na análise desse trecho. As ações institucionais são pensadas e praticadas em torno das discussões ambientais estabelecidas na KANINDÉ.

A organização busca a compreensão das práticas ambientais e, principalmente, o fortalecimento do conhecimento sobre o meio ambiente da própria instituição e das comunidades indígenas. O Estatuto da KANINDÉ, em seu artigo 3.º, inciso XI, dispõe que a associação tem por finalidade “organizar e promover cursos, simpósios, seminários e outros eventos visando o fortalecimento das ações socioambientais”. De acordo ainda com os achados, a organização pretende compreender as práticas ambientais e, principalmente, fortalecer o conhecimento dos seus colaboradores, atores sociais e comunidades indígenas sobre meio ambiente.

O empoderamento político, característica da teoria do “saber ambiental” discutida por Foucault, é evidenciado, nesta análise, pelo fato de as ações institucionais da KANINDÉ serem praticadas em torno das discussões ambientais estabelecidas em seus planejamentos. A realização de atividades acadêmicas e reuniões para a discussão sobre o meio ambiente é outro fato que indica a preocupação com o empoderamento e autonomia tanto para a organização, quanto para o seu público-alvo. Foi identificado que existem reuniões entre os colaboradores e o público-alvo para fortalecer o discurso das concepções da entidade.

As características socioeconômicas já discutidas nas concepções socioambientalista e justiça ambiental podem ser associadas à base teórica socioeconômica em Marx. Essa visão foi destacada em poucos documentos da KANINDÉ – verifica-se a influência dela nas ações da organização, embora ainda não estejam consolidadas. Mesmo com poucos registros nas atividades da organização, é importante salientar que as construções das ações de projetos estão marcadas pelas características da visão marxista. A relação com o uso e o mercado dos bens naturais também são referenciadas nos documentos analisados, o que também indica a influência dessa visão nas ações da organização.

Nas entrevistas, identificou-se que a relação com financiadores é muito próxima - eles acompanham os projetos e as atividades da KANINDÉ. Há, entretanto, uma contradição entre os coordenadores sobre a participação dos financiadores na gestão da organização. Um (EK1) compreende que há uma relação entre os financiadores e a organização, e que aqueles participam da sua gestão, como se pode perceber na seguinte fala: “Sim, tanto que nós tínhamos um financiador da KANINDÉ na inauguração no centro de formação. Faz parte do nosso processo, eles participam, sim, da discussão dos projetos no máximo que a gente pode”. Já outro coordenador (EK2) afirma: “Não, eles só apoiam os projetos e para as auditorias independentes [...]. O que tem é a prestação de contas, como a gente apresentou o Centro de Formação e a Marina Campos da Fundação Moore foi convidada”.

A divergência entre os coordenadores se dá pela diferença de compreensão do que é a participação da gestão. EK1 reconhece que a participação dos financiadores em inaugurações é considerada como participação nas atividades de gestão, o que para EK2 constitui apenas um dos procedimentos de prestação de contas da KANINDÉ para com seus financiadores. A

presença da Fundação Moore e de demais parceiros foi identificada durante a observação-participante na visita ao Centro de Formação da KANINDÉ.

A proposta técnica para a elaboração do “Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário” apresenta evidências ecorrealistas, conforme o seguinte trecho: “[...] no segundo momento, estabeleceremos diálogos com as comunidades, suas lideranças e com as organizações representativas/parceiras, prefeituras etc, registrando suas nuances idiossincráticas, destacando uma somatória de elementos técnicos e os ressaltados pelos atores/sujeitos sociais” (s.d, p. 12). Essas informações enfatizam a forte relação com a sociedade almejada pela KANINDÉ, sendo esse um dos indicadores levantados por Viola (1987; 1992) que indicam a adesão ao compromisso ecorrealista.

Na inauguração dos alojamentos do Centro de Formação, estiveram presentes vários parceiros da organização, dentre eles universidades, financiadores, órgãos públicos, etnias indígenas e associados. Durante essa inauguração, foi identificada a interação com as universidades, que levaram trabalhos acadêmicos para o evento. É comum estudantes de mestrado, graduação e estagiários de universidades públicas e privadas participarem de projetos em conjunto com a KANINDÉ. Essa interação se processa por meio de atividades e participação em reuniões com órgãos públicos. O desenvolvimento de vários projetos e ações com diversos setores da sociedade é característica e indicador da influência ecorrealista nas concepções e na gestão da KANINDÉ.

O ecorrealismo está presente na KANINDÉ também pelo fato de a organização dialogar com a sociedade ao participar de diversos conselhos e contribuir para a formação de políticas públicas em alguns municípios. Conforme afirmam os entrevistados, a KANINDÉ tem o interesse de melhorar o diálogo com os empresários, aproximação que, anteriormente, não era tratada como estratégica pela organização. A participação na sociedade e a relação estabelecida com ela é característica importante do ecorrealismo. Tal é evidenciado nas ações da organização em questão, o que permite dizer que essa tendência influencia as boas relações com os atores sociais diagnosticadas nos escritos analisados.

O compromisso ecossocialista, as suas características de gestão participativa e a autogestão foram identificados nos documentos da KANINDÉ. No documento “Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012” consigna-se que: “[...] Para dar início ao diagnóstico, a Kanindé promoveu uma reunião na Aldeia Escola Castanhal, onde estiveram presentes representantes da FUNAI, da Kanindé, da Metareillá, da APIZ e lideranças Zoró de treze aldeias. Ao todo participaram aproximadamente 50 pessoas.” (2012, p. 30).

Antes do início de qualquer projeto, a KANINDÉ busca discuti-lo com os membros das comunidades envolvidas, as instituições parceiras e os órgãos públicos inseridos para a construção do projeto e para a realização do planejamento das atividades a serem propostas, de modo a envolver e dar responsabilidades a cada entidade. Viola (1992) defende que a gestão participativa é uma característica que identifica a presença ecossocialista no ambientalismo e essa forma de gestão está presente nas atividades da KANINDÉ. A autogestão é outra prática recorrente na organização. O coordenador EK1 foi categórico ao afirmar: “acreditamos tanto que estamos fazendo”. O coordenador EK2 reforça esse ponto de vista ao relatar que “com certeza absoluta, tanto que não temos presidente, nós temos coordenação, porque nós acreditamos na autogestão [...]”. Por essas afirmações e pelas análises realizadas, verifica-se que a autogestão é praticada e instruída em todos os projetos e gestão das atividades da organização.

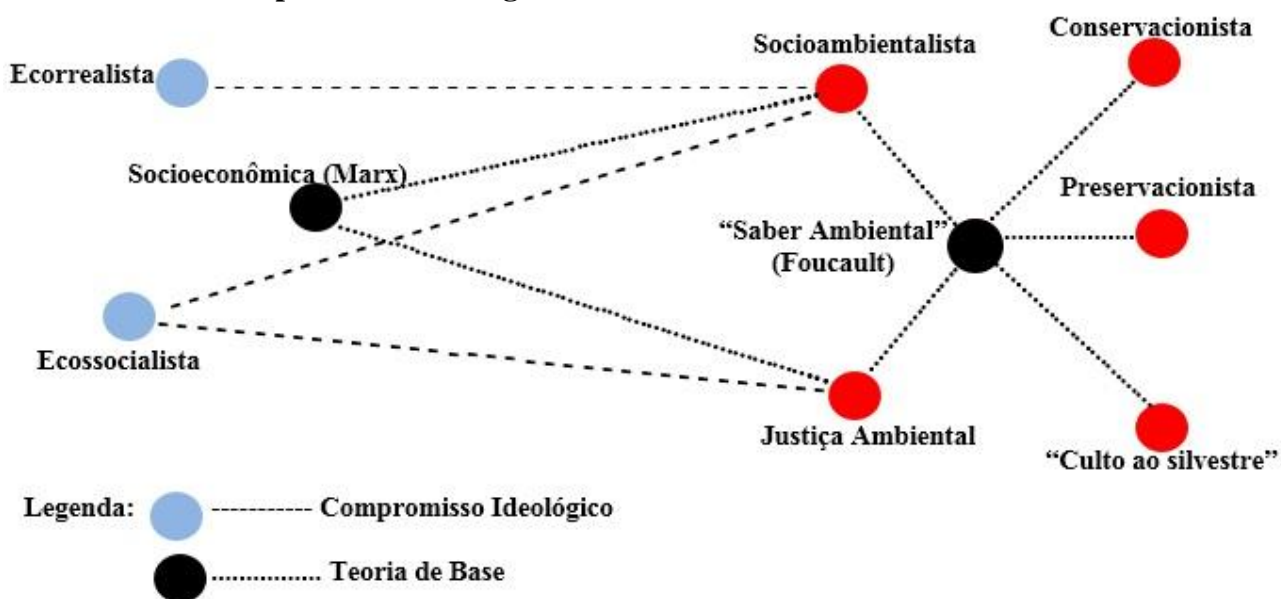
As características ecossocialistas são evidenciadas pela forma de relação com a comunidade por meio de projetos como o "Flamboyant" e também pelo protagonismo no desencadeamento dos municípios verdes. Os entrevistados corroboram com as práticas de gestão participativa e o cooperativismo, o que evidencia a boa relação entre os atores sociais

que dialogam com a KANINDÉ. Destaca-se a fala de EK2 sobre a participação em projetos com a sociedade: “Sim, uma coisa que a gente não tinha e a gente começou a desenvolver há dois anos, o projeto Flamboyant, totalmente urbano com a secretaria municipal de meio ambiente [...]”. Os entrevistados possuem uma linha de pensamento semelhante quando são questionados sobre os sistemas capitalista e socialista. Ambos criticam o primeiro sistema, o que evidencia uma postura ecossocialista.

Não é possível caracterizar a KANINDÉ como orientada pela visão ecocapitalista, apesar de a organização ter como estratégia em suas ações a relação com as agências estatais. São, no entanto, identificadas algumas características nas ações da organizações pertencentes a essa visão. No documento “Etnozoneamento da Porção Paraense das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera” (2012, p. 65), há indícios de aproximação da organização com agências estatais: “Ultimamente a APIM tem desenvolvido parcerias com a SEMA-PA (Diagnóstico e Etnozoneamento Territorial Indígena) e com a ACT (Amazon Conservation Team/Brasil), no projeto de Mapeamento cultural das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera”.

Na figura 1, estão expostos os compromissos ideológicos, as teorias de base presentes na organização e a sua influência nas concepções ambientais da KANINDÉ.

**FIGURA 1 - Compromissos ideológicos e teorias de base identificados na KANINDÉ.**



Fonte: Elaborado pelo autores.

Assim, os compromissos ideológicos presentes na KANINDÉ são o ecossocialista e ecorrealista, predominantes na organização devido à sua proximidade com as concepções socioambientalista e justiça social e também devido ao fato de desenvolver seus projetos por meio da autogestão e da gestão participativa com o público-alvo e parceiros. A teoria de base “saber ambiental” discutida por Foucault contribui para todas as concepções ambientais da KANINDÉ, devido à preocupação de a organização ampliar os conhecimentos sobre os direitos e deveres ambientais dos povos indígenas e ribeirinhos, comunidades atendidas pelos seus projetos. Já a teoria socioeconômica em Marx influencia, na KANINDÉ, as concepções socioambientalista e justiça ambiental, por se preocuparem em fortalecer as políticas públicas, a interação socioeconômica articulada com a tecnologia voltada para a defesa do meio ambiente e também por se relacionar com o Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os compromissos ideológicos e as teorias de base que influenciam as concepções ambientais presentes na atuação das OAs contribui para aprimoramento da gestão de suas atividades e projetos, podendo elas, assim, alinhar o seu discurso com suas práticas na relação com os outros atores sociais. Existem diversas concepções, compromissos ideológicos e teorias de sustentação, o que faz surgir dificuldade de se identificar a relação destes com a concepção ambiental da OA.

As contribuições práticas e acadêmicas deste trabalho são evidenciadas pela necessidade de se realizarem pesquisas com esses tipos de organizações e aportes teóricos. É cada vez mais importante a discussão sobre o movimento ambientalista, a sustentabilidade e as OAs, pois essas organizações estão cada vez mais presentes na sociedade. Nesse sentido, o trabalho pretende contribuir de forma prática para o entendimento da atuação e gestão desses tipos de organizações.

Os compromissos ideológicos e as teorias de base presentes são convergentes em muitas características, como, por exemplo, no trato com os atores sociais, com os direitos ambientais e humanos e na preocupação com desenvolvimento sustentável e distribuição de renda. Os compromissos ideológicos identificados na KANINDÉ são o ecossocialismo e ecorrealismo. O ecossocialismo influencia com todas as concepções ambientais e teorias de base da KANINDÉ e se relaciona com elas, já com uma menor colaboração nas concepções e teorias de base e, conseqüentemente, menor relevância nas ações da organização. O ecofundamentalismo não influencia a organização, mesmo com as características dos públicos-alvo atendidos pela organização. Pode-se afirmar que isto é devido ao fato de a KANINDÉ dialogar com os seus *stakeholders* e ter uma visão pragmática em relação às práticas ambientalistas e de defesa do meio ambiente. Não é possível caracterizar a KANINDÉ como orientada pela visão ecocapitalista, apesar de a organização ter como estratégia, em suas ações, a relação com as agências estatais.

Foi identificada a presença das teorias de base socioeconômica em Marx e de “saber ambiental” em Foucault, seja com maior ou menor destaque nas atividades da KANINDÉ. A presença das teorias de bases é diagnosticada apenas nos documentos, o que pode indicar que há uma falha na aplicação dessas teorias de forma prática na atuação e gestão da organização. Esses resultados trazem implicações práticas na forma como a KANINDÉ poderá usar este estudo para suas discussões, no que tange à forma com que as teorias de base tratam as concepções ambientais identificadas em suas atividades. A teoria weberiana não é relevante nas ações da organização, apesar de a organização incentivar heterogeneidade e pluralidade cultural e política.

A partir dessas considerações acerca do trabalho, sugere-se que sejam realizadas novas investigações com as seguintes abordagens: envolver outros atores sociais, tais como financiadores, órgãos públicos, público-alvos, estados e municípios impactados pelos trabalhos da KANINDÉ; realizar pesquisas com métodos mistos e/ou quantitativos na organização investigada ou em outras OAs; que a organização investigada procure discutir as vertentes ambientais, os compromissos ideológicos e as teorias de base com seus colaboradores e atores sociais, para que se possa difundir e compreender a importância deles em sua gestão e atuação.

## REFERÊNCIAS

BORSATO, Regiane. **Governança ambiental e as certificações:** participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão ambiental. 230 f.. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR. Curitiba. 2012. Disponível em: <http://dSPACE.c3sl.ufpr.br/dSPACE/bitstream/handle/1884/27869/R%20-%20T%20->

[%20REGIANE%20BORSATO.pdf?sequence=1](#). Acesso em: 05 nov. 2013.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia Política**. V. 21, n. 46, 2013, p. 125-146. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

CARMIN, Joann; BALSER, Deborah B. Selecting repertoires in environment movement organizations: an interpretive approach. In: **Organization & Environmental**. V. 15, n. 4, 2002, p. 364-388. Disponível em: <http://oae.sagepub.com/content/15/4/365.full.pdf+html>. Acesso em: 15 out. 2013.

CRESWELL, JOHN. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Booking/Artimed, 2010.

DIAS, Reinaldo, **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência da conservação da natureza. **NUPAUB**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/papelongs.pdf>. Acesso em 08 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1- 46.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Lucia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e sociedade**. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a04.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Gustavo A. B. da; PINTO, Luiz Paulo de Souza. O papel das ONGs. In: LOPES, Ignez Vidigal (et al). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 295-346.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.). EDUSP, 2003. Disponível em: [http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi\\_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf](http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf). Acesso em: 10 out. 2013.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In: **Sociedade e estado**. V. 24, n. 1, 2009, jan./abr., p. 47-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Stockholm, Rio, Joannesburg: Brasil and three united nations conferences on the environment**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação

Alexandre de Gusmão, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Trad. Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R; SCHERER-WAREN, Ilse (orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.

\_\_\_\_\_. Confronto e legitimação. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997, p. 36-37.

LEROY, Jean-Pierre. Meio ambiente de mercado ou meio ambiente de justiça? In: CORRÊA, Aureanice de Mello; COSTA, Lara Moutinho da; BARROS, José Flávio Pessoa de. **A floresta**: educação, cultura e justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p.176-186.

LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas. **RAP**. Rio de Janeiro, 1995, v. 4, p.137-153, out/dez. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8267>. Acesso em: 23 nov. 2014.

LOWY, Michael. **O que é ecossocialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. v. 54.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historiados-movimentosambientalistas>. Acesso em: 25 set. 2013.

MENEZES, Daniel Santos. **Ambientalismo, conhecimento tradicional e reservas extrativistas na Amazônia legal**: a visão dos técnicos do instituto Chico Mendes. 163f., Dissertação de mestrado. UNIR. Porto Velho. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp062861.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

\_\_\_\_\_; SIENA, Osmar. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. In. **O&S**. Salvador. V. 17, n. 54, jul-set, 2010. p. 479-498. Disponível em: [http://www.spell.org.br/docu\\_mentos/ve\\_r/486/a\\_m\\_bientalismo-no-instituto-chico-mendes-de-cons---](http://www.spell.org.br/docu_mentos/ve_r/486/a_m_bientalismo-no-instituto-chico-mendes-de-cons---). Acesso em: 25 nov. 2013.

PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90**: um olhar sobre



Mato Grosso. São Paulo: Annablume; Cuiabá:UFMT/ Instituto Saúde Coletiva, 2005.

PIMBERT, Michel P; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. Trad. Antônio Carlos Diegues; Daniela Andrade. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 183-223.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta da igualdade de gênero. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. n. 9, 2011. p. 81-91. Disponível em: <http://www.reid.org.br/arquivos/00000228-07-09-santos.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 47-65.

SILVA, José Kennedy Lopes; SIENA, Osmar. Concepções ambientais em organizações ambientalistas. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 7, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Brasília: Anppas, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ann.2&lng=P>. Acesso em: 17 jul. 2015.

TAVOLARO, Sérgio B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. In: **Ambiente & Sociedade**. ano III, n. 6/7, 2000. p. 63-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20427.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987, p. 63-109.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade política. **Lua Nova**. v.3, n.4, 1987, p. 45-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v3n4/a06v3n4.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 1992. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02\\_02.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_02.pdf). Acesso em 23 set. 2013.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Paulo F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. In: **Rev. Adm. Pub**. Rio de Janeiro. V. 4, out/dez. 1992, p. 81-104. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724/pdf\\_47](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724/pdf_47). Acesso em: 15 set. 2013.

ZHOURI, Andreia. Justiça ambiental, diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, n. 68, 2008, p. 97-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07>. Acesso em: 17 nov. 2013.